



**CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DO IDOSO**

SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 10º Andar  
70308-200 – Brasília – DF  
(61) 2027-3014

**PAUTA**

**RESUMO EXECUTIVO DA 83ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DO IDOSO-CNDI**

**Local:** Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH/PR – Plenária – 10º andar

SCS – B, Quadra 09, Lote C – Ed. Parque Cidade Corporate – Torre A

**Data: 06 de setembro de 2016**

**Pauta:**

- Apresentação e posse da Vice – Presidente do CNDI – Flávia Piovesan
- Aprovação da pauta;
- Informes da Presidência do CNDI e da SEDH;
- Eleições biênio 2016/2018 (relatar habilitação das entidades da sociedade civil, responsáveis Comissão Eleitoral);
- Leitura e aprovação do Resumo Executivo R.O nº 82;
- Relato das Comissões:
  - Comissões Conjuntas: Normas e Políticas Públicas.
  - Comissões Conjuntas: Normas, Gestão do Fundo Nacional do Idoso e Políticas Públicas;
  - Comissões Conjuntas: Articulação com os Conselhos e Comunicação Social Orçamento e Finanças;
- Informes Gerais.

**Estiveram presentes na reunião:**

- **Conselheiros representantes da sociedade civil:** Elenilson Silva Souza (Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase-MORHAN); Bahij Amin Aur (Ordem dos Advogados do Brasil-OAB); Claudia Maria Bere (Associação Nacional de Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência-AMPID); Crismédio Vieira Neto (Pastoral da Pessoa Idosa-PPI); Epitácio Luiz Epaminondas (SINTAPI-

CUT); Sara Maria Araújo Melo (Associação Nacional dos Defensores Públicos- ANADEP); Luiz Legnãni (Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas-COBAP); Maria Bernadette de Moraes Medeiros (Conselho Federal de Serviço Social-CFESS); Maria Clotilde B.N.M. de Carvalho (Serviço Social do Comércio-SESC); Maria Leitão Bessa (Associação Brasileira de Alzheimer-ABRAZ); Marília Celina Felício Fragoso (Associação Nacional de Gerontologia do Brasil-ANG); Sandra Rabello de Frias (Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia-SBGG); Tatianna Galeckas Marques (Confederação Nacional das Instituições Financeiras-CNF).

- **Conselheiros representantes do poder público:** Fernando de Lima Santos (Ministério da Justiça e Cidadania-MJC); Flávia Piovesan (Secretaria Especial de Direitos Humanos-SEDH); Maria Cristina Hoffmann (Ministério da Saúde); Renan Alves Viana Aragão (Ministério do Desenvolvimento Social-MDS), Carlos Fernando Gallinal Cuenca (Ministério das Relações Exteriores – MRE).

- **Coordenação do CNDI:** Ana Lúcia da Silva (Coordenadora-Geral do CNDI); Ediane Dias (Consultora); Maria das Graças O. Ferreira (Servidora); Luma Bittencourt (Recepcionista) Priscila Gonçalves (Recepcionista).

- **Participantes convidados:** Silvio José Albuquerque e Silva (Secretaria Especial de Direitos Humanos-SEDH); Frederico de Moraes Andrade Coutinho (SNPDDH/Secretaria Especial de Direitos Humanos-SEDH); Eliana Torelly (PFDC/MPF); Maria Beatriz Vargas (PNUD); Maria Cavalcante Vicente (CGDI/Secretaria Especial de Direitos Humanos-SEDH); Moema Freire (PNUD); Sérgio Paulo da Silveira Nascimento (CGDI/Secretaria Especial de Direitos Humanos-SEDH); Simone Gallo Azevedo (Banco Itaú).

O presidente do Conselho, **Luiz Legnãni** (COBAP) cumprimentou todos e todas, e passou a palavra para o conselheiro **Epitácio Luiz Epaminondas** (SINTAPI/CUT) para comentar sobre o lançamento do seu livro “Trajetória - de Macedônia ao SINTAPI”.

O conselheiro **Epitácio Luiz Epaminondas** (SINTAPI/CUT) Fez o lançamento do livro “Trajetória” de sua própria autoria. Comentou que é o seu primeiro livro e que nele está toda a sua história, mas que não tem apenas o livro, tem uma revista que foi publicada também. Falou que nessa revista tem a sua árvore genealógica, mostra de onde ele veio e pra onde ele quer ir, porque com o tempo a família vai perdendo os laços, se não guardar as recordações, a família desmancha. “Se não conseguir segurar essas questões, consecutivamente a gente perde o fio da meada e perde a relação que a gente tem com a própria família”. Ele disse que o seu primeiro livro, talvez não esteja na melhor forma escrita, não esteja da melhor forma feita, mas isso vai corrigindo com o tempo, pois ele ainda está novo e que pode aprender, pois as pessoas aprendem todos os dias, e ele aprendeu muito Conselho Nacional dos

Direitos do Idoso-CNDI. Ele falou ainda, que foi Conselheiro do Conselho da Previdência e de outros conselhos e aprendeu muito, mas que no CNDI ele aprendeu uma coisa que ele considerou interessante demais. Segundo ele, *“nós aqui estamos aprendendo a sermos idoso, nós aqui estamos aprendendo a viver cada dia mais”*. Ele comentou que decidiu escrever um livro porque teve diverticulite, perdeu todo sangue do corpo em duas horas e voltou. Depois teve duas pneumonias, e ainda teve a paralisia de um lado do corpo, e não conseguia entender, ouvir ou mexer no computador. Ele disse ainda que *“cada dia que eu estou vivendo aqui, eu estou vivendo hora extra, estou vivendo um dia a mais, e quero viver intensamente todos os dias da minha vida que restar”*. E falou que se alguém se lembrasse de uma única palavra que ele falou, ele ia ficar contente porque as pessoas presentes iam lembrar-se dele. O conselheiro afirmou também, que o velho pode namorar, o velho pode fazer amor, o velho pode fazer sexo, o velho pode ser, é igual a todo mundo. Por que? Porque aprendeu mais, viveu mais, e está com maior qualidade de vida. E encerrou agradecendo a todos.

O presidente do Conselho, **Luiz Legnãni (COBAP)** falou que o Luizão é um exemplo, é uma pessoa animada e que ama a vida, que tem um jeito irreverente, garra e grande disposição. Parabenizou pela publicação do livro e pelo trabalho realizado em defesa dos direitos da pessoa idosa. Deu as boas vindas a Vice-Presidente do Conselho, Flávia Piovesan (SEDH), Secretária Especial de Direitos Humanos e falou da importância da sua participação no Conselho Nacional dos Direitos do Idoso-CNDI.

**Flávia Piovesan (SEDH)**, Secretária Especial, agradeceu ao presidente do Conselho, **Luiz Legnãni (COBAP)**, pela acolhida tão calorosa. Disse que foi uma dádiva chegar nessa manhã e receber o presente que foi a fala do “Luizão” Epitácio Luiz Epaminondas (SINTAPI/CUT), a fala dele tocou a todos e a todas. Falou da importância da temática para a Secretaria Especial de Direitos Humanos-SEDH e aplaudiu o trabalho que foi desenvolvido pela Ana Lucia (Coordenadora Geral-CGCNDI) que é uma referência para causa e ao Sérgio Nascimento (Coordenador Geral-CGDI) coordenador geral da política da pessoa idosa. Comentou da gratidão de ter no time, a frente da SEDH, um amigo muito querido, muito especial, uma referência de ética e um batalhador pela causa dos direitos humanos, que é o embaixador Silvio Albuquerque, o secretário adjunto e, também, a vida na sua generosidade a fez conhecer o Fred, Diretor de Promoção de Direitos Humanos Substituto, que ela não conhecia, suplente no conselho, gestor público e um profissional absolutamente dedicado à causa dos direitos humanos. Disse ainda que está acompanhando o desenrolar da estrutura formal da Secretaria Especial de Direitos Humanos e que, independentemente do destino que tenha no campo da institucionalidade, se mantiver a pauta da pessoa idosa na SEDH será dado especial destaque e grande prioridade a este tema. Essa secretaria tem um alcance, uma vastidão considerável, e eu creio que um dos pontos mais ricos é justamente o componente democrático das políticas públicas, é conviver com

este debate tão aberto paritário, destemido, livre entre a sociedade civil e representantes do poder público nas suas mais diversas configurações. Seja o Conselho da Pessoa Idosa, seja o Conselho LGBT, seja o Conselho dos Direitos da Pessoa Humana, sejam as comissões dos Comitês da População em Situação de Rua, da Erradicação do Trabalho Escravo, do Registro Civil de Nascimento, da Diversidade Religiosa, da Educação em Direitos Humanos. Falou que os conselhos são espaços privilegiados e muito importantes, pois aqui está a arquitetura de uma política, ou seja, aqui temos o desafio de mirar um diagnóstico, quais são os grandes temas, os temas mais prioritários, mais relevantes, e quais são as propostas e as estratégias.

O presidente do Conselho, **Luiz Legnãni** (COBAP) agradeceu a Secretária Especial Flávia Piovesan (SEDH) pelas palavras e o apoio ao CNDI. Comentou que os (as) conselheiros (as) ficam felizes com a presença dela no Conselho, sente que o Conselho vai ficar cada vez mais forte. Repassa a palavra para o Silvio Albuquerque (SEDH), Secretário Adjunto.

**Silvio Albuquerque** (SEDH), Secretário Adjunto, deu bom dia a todos e todas, e comentou que esteve na última reunião, oportunidade que teve de expressar a sua satisfação em voltar a participar das temáticas deste Conselho. Falou ainda, que as palavras da Secretária Especial, Flávia Piovesan, reiteram tudo àquilo que ele disse em relação às prioridades que foram estabelecidas pela gestão iniciada por ela, com a equipe que ela formou e que tem a temática do idoso como um dos temas centrais da gestão. Disse que ouviu bastante ao longo daquele dia, e que ficou muito bem impressionado com a qualidade dos trabalhos realizados e com as opiniões manifestadas pelos (as) Conselheiros (as), que inclusive relatou isso à Secretária Especial. Comentou também sobre o clima cooperativo que existe entre sociedade civil e os representantes do poder público.

O presidente do Conselho, **Luiz Legnãni** (COBAP) passou a palavra para os (as) Conselheiros (as) presentes que se apresentaram e informaram à instituição que representam.

A conselheira **Claudia Maria Bere** (AMPID) comentou que foi aluna da professora e Secretária Especial, Flávia Piovesan, no primeiro Diplomado Internacional de Direitos Humanos e que tem o “diplominha” assinado na Alemanha também. Comentou ainda, que tinha uma grande expectativa de que o Brasil fosse o primeiro país a ratificar a Convenção Interamericana dos Direitos da Pessoa Idosa, mas a Costa Rica e Uruguai já ratificaram, e que agora o Brasil precisa se apressar para ficar pelo menos entre os primeiros.

A conselheira **Maria Leitão** (ABRAz) falou que queria aproveitar o momento para apresentar e distribuir o material que a ABRAz preparou para trabalhar o mês da conscientização da doença de Alzheimer, o lema é *“Alzheimer: quanto antes souber, mais tempo você terá para lembrar”*. Fazer

um diagnóstico precoce pode ser a oportunidade das pessoas terem uma vida com qualidade. Ela também aproveitou para se despedir do Conselho, e disse que foi muito bacana e saudável esse período de convívio com todos (as) os (as) conselheiros (as). Agradeceu por toda atenção recebida dos pares e dos funcionários da SEDH que trabalham com a temática da pessoa idosa.

O presidente do Conselho, **Luiz Legnãni** (COBAP) comentou com a vice-presidente do Conselho, Flávia Piovesan, que o conselheiro Amin é a pessoa mais idosa do Conselho, e que conforme pelo regimento interno na ausência do presidente ou do vice-presidente ele assume a direção dos trabalhos e da reunião, e ainda que ele é sempre convidado para fazer parte da mesa. O presidente fez também, um relato sobre o livro “*A Revolução dos Velhinhos na Ilha do Saber*”, de Dorival Leal. Falou que é muito interessante e que o autor quer chamar a atenção do Brasil para o desconhecimento dos problemas do envelhecimento. E não só isso, o autor pretende ir além, criar uma consciência de como o homem deve preparar-se para viver dignamente ao longo de toda sua existência e não apenas preocupar-se na “3ª idade”. O livro descreve a ousadia de um grupo de idosos que indignados com sua situação de abandono pela família e pela sociedade, resolve se organizar e fazer uma verdadeira revolução social, transformando toda forma de organização na Ilha, por uma vida digna, justa e solidária. O grupo da Ilha luta por seus direitos, acabando com todos os preconceitos, livre dos rótulos “terceira idade”, “melhor idade”, “idade da razão” e “idade feliz”, provando que mesmo na velhice todos ainda têm muito a viver e a contribuir com a sociedade, cada um desenvolvendo sua habilidade na construção de uma nova sociedade. O presidente falou que foi finalizada e enviada a nota de esclarecimento sobre a criação do Conselho Tutelar para pessoa idosa para todos os conselhos estaduais. E comentou também, que foram encaminhados: Ofício de apoio à criação da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e Nota Pública apresentada pela Associação Nacional de Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência – AMPID, para a deputada Leandre Dal Ponte, para a Presidência da República, para a Casa Civil, para o Ministério da Justiça, para os relatores das Medidas Provisórias nº 726/728, para o deputado Leonardo Quintão, para o senador Romero Jucá e Eduardo Amorim. O Manifesto em defesa da Seguridade Social, sem citar entidades e assinado pelo presidente do CNDI à Presidência da República, à Casa Civil, ao Ministério da Fazenda, ao Ministério do Trabalho e Emprego, ao presidente da Frente Parlamentar Mista em defesa da Previdência Social. O indeferimento ao pedido de financiamento dos serviços do Disque 100 utilizando os recursos do Fundo Nacional do Idoso, pois se trata de serviço continuado, em desacordo com o estabelecido na Resolução nº 19/2013. O presidente disse que o lançamento dos jogos da pessoa idosa que estava previsto para 14/08/2016 foi cancelado pelo Ministério do Esporte, e que foram impressos quinze mil exemplares do Estatuto do Idoso e cinco mil da cartilha “*Quer um Conselho?*” conforme plano de distribuição do CNDI. Foram contemplados os Conselhos

Estaduais de Direitos da Pessoa Idosa e a lista de espera dos delegados da 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. Falou também, sobre os trabalhos da Comissão Eleitoral para a habilitação das entidades da sociedade civil organizada, sem fins lucrativos, com atuação no campo da promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa que participarão da gestão do CNDI no biênio 2016/2018.

A conselheira **Marilia Celina Felício Fragoso** (ANG) passou os informes sobre a reunião da Comissão Eleitoral e disse que estiveram presentes o (as) conselheiro (as) Maria Cristina Hoffmann, Marilia Fragoso, Luiz Legnani, e duas representantes da SEDH Maria Cavalcante (servidora) e Ediane Dias (consultora), na qual agradeceu o apoio recebido das duas profissionais da SEDH e ressaltou a importância do processo eleitoral do CNDI para a continuidade da política da Pessoa Idosa. Aproveitou para agradecer a todos os (as) conselheiros (as) pelo convívio, que foi bastante rico, pois não estará como representante da ANG no biênio 2016/2018. Fez ainda a leitura da ata com todos os dados levantados na reunião da Comissão Eleitoral.

A conselheira **Cristina Hoffmann** (MS) falou que a reunião da Comissão Eleitoral foi até a noite na avaliação das propostas para habilitação das entidades da sociedade civil e que no dia 08/09/2016 será publicado o registro das entidades habilitadas. Algumas serão habilitadas com pendências e terão dois dias úteis para complementar a documentação. As pendências são apenas detalhes de documentação, não sendo motivo de inabilitação.

**Flávia Piovesan** (SEDH), Secretária Especial, falou que teve uma reunião muito frutífera com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD e que um dos temas tratados foi à promoção e o respeito ao direito da pessoa idosa. O PNUD sinalizou o interesse em estabelecer uma parceria de apoio à política da pessoa idosa que englobasse pesquisa e/ou publicação sobre a violência da pessoa idosa e políticas públicas exitosas, mas o CNDI é que vai dar o direcionamento da pauta a ser trabalhada. Poderá ser seminário, investigação ou diagnóstico da situação do envelhecimento no Brasil sob a ótica dos direitos humanos, identificando quais são os grandes problemas, as grandes violações, as estratégias, mapeando as políticas públicas existentes. Falou também que haverá uma reunião com os Secretários de Estado que trata da pauta de direitos humanos de todo o País no dia 22/09/2016, a ideia é que cada gestor e gestora pública tragam três experiências de sucesso para serem visibilizadas e difundidas, que por muitas vezes ficam ocultas.

O presidente do Conselho, **Luiz Legnani** (COBAP) falou que essas ações são importantes e que é muito interessante a parceria com o PNUD. Disse ainda, que “os aposentados idosos na maioria do Regime Geral de Previdência Social-RGPS, que ganha salário mínimo, sente dificuldade de atendimento no Sistema Único de Saúde-SUS, marcar uma consulta médica

demora muito, o que faz os aposentados procurarem médicos particulares, onerando as suas despesas”. Ele comentou que os recursos oriundos do pagamento dessas aposentadorias gera uma grande movimentação na economia dos municípios, chegando a superar o Fundo de Participação dos Municípios-FPM. Os Conselhos da Pessoa Idosa estão instituídos em 2.870 municípios, de acordo com os dados do IBGE. Quase a metade ainda não criaram seus Fundos Municipais, o que ajudaria na complementação da política da pessoa idosa. Os Conselhos muitas vezes não tem uma boa atuação, falta infraestrutura e a capacitação dos conselheiros, por isto é importante investir em capacitação, publicação e no fornecimento dos kits de equipagem. Disse também, que a Itália vai sediar em 2018 o Congresso Mundial dos Aposentados e que estão articulando uma visita ao Papa Francisco.

O conselheiro **Amin Aur** (OAB) gostou da parceria com o PNUD, acha que podem contribuir muito em capacitação, publicação e outras demandas. Ele falou de um aspecto que tem sensibilizado o CNDI, que é a aplicação do que diz no Estatuto do Idoso/Art. 22 e na Política Nacional do Idoso-PNI/Art. 10 que estabelece inserir, nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal, conteúdos voltados para o processo de envelhecimento, o respeito e a valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria. Há um grupo de trabalho que está tratando do assunto, mas que ainda não chegou a pressionar o Conselho Nacional de Educação, Conselhos Estaduais e Municipais de Educação e o próprio Ministério da Educação-MEC para acordarem essa obrigatoriedade. Então ele sugeriu que fosse incluído dentro da parceria com o PNUD um estudo de casos exitosos que tratem da inclusão e do tratamento curricular dessas temáticas para que possam divulgar e tornar como exemplos, visando a promover a ampliação da aplicação dessa medida, que é legal, mas ninguém toma conhecimento disso.

**Flávia Piovesan** (SEDH), Secretária Especial, falou que achou excelente a proposta do conselheiro Amin Aur (OAB), pois uma das prioridades da SEDH é impulsionar a agenda de educação em direitos humanos, e que a demanda dele converge com essa prioridade. Ela disse que está constantemente em reuniões com o MEC, pois vai ser lançado um pacto universitário em respeito à cultura da paz dos direitos humanos, ou seja, será trabalhada a temática nas universidades e na sequência na educação básica. Já está na agenda reunião com as secretarias estaduais de educação, justamente para tratar a linha “respeitar é preciso”, com destaque para a questão do respeito, gênero, diversidade sexual e idade. Comentou que teve uma reunião muito boa com a presidente do Supremo Tribunal Federal-STF. A intenção é firmar um termo de cooperação para a sensibilização dos operadores da justiça, juízes e juízas, para o tema direitos humanos, até com edital de sentenças exemplares de proteção as pessoas idosas, dentre outras categorias. Será lançada a inclusão da disciplina nos concursos da magistratura federal e estadual.

O Presidente **Luiz Legnani** (COBAP) pediu para a Secretária Especial, Flávia Piovesan, cuidar com carinho das demandas do CNDI, seja em relação à doação dos kits de equipagem, da capacitação dos conselheiros estaduais e municipais, do Edital de Chamada Pública para convênios com as entidades sem fins lucrativos, utilizando os recursos do FNI, da impressão de material para contribuir com os conselhos. E também, pensar na ampliação da doação dos kits de equipagem, pois os recursos estão no Fundo Nacional do Idoso, “precisamos usar para não desestimular as novas doações”.

O conselheiro **Epitácio Luiz Epaminondas** (SINTAPI/CUT) falou que quando colocou a questão da invisibilidade da pessoa idosa, é importante frisar que a mudança só vai ocorrer a partir da educação, e não apenas na universidade, é necessário colocar o sistema previdenciário na primeira infância. Porque, quando você vê as crianças ansiando consumir roupas e produtos de marca, todos esses desejos foram trabalhados pela mídia na primeira infância. Quando se aplica na primeira infância, se consegue colocar esses temas dentro da discussão. Hoje a escola ensina muito bem e desde cedo a educação financeira, é necessário que seja também tratada a questão da valorização da pessoa idosa. Quando se discute a temática da pessoa idosa, está discutindo uma agenda transversal. Por que uma agenda transversal? Porque você começa envelhecer a partir do nascimento, no primeiro dia. Disse ainda, que o atendimento da pessoa idosa no SUS e as demais questões de saúde deveriam ser tratados de forma preventiva, pois diminuiriam as filas, as melhoraria à qualidade de vida e humanizaria o atendimento. Pois muitas vezes a pessoa vai ao médico, mas não tá doente, ela quer conversar, ela quer atendimento com qualidade, ela quer falar o que está sentindo. E hoje não tem isso, não tem médico suficiente e não tem tempo disponível para realizar um bom atendimento.

A conselheira **Claudia Maria Bere** (AMPID) comentou que o CNDI precisa entender exatamente a proposta do PNUD para colocar em discussão e tirar as prioridades, para não ficar cada um dando a sua opinião, pois podemos sair daqui com vinte opiniões diferentes e não chegar a concluir nada. Ela disse que faria um encaminhamento na linha de fortalecimento dos conselhos e formação de conselheiros. As cartilhas de orientação é uma questão prioritária para nós tratarmos e, mas eu acho que teria que ser discutido e tirar prioridades. Falou ainda, que o termo de cooperação com o STF é uma questão muito importante, porque a justiça deve muito para os idosos, a começar pela demora dos processos, porque a prioridade está na lei. Alguns promotores já fizeram o trabalho em seus estados de entrar em contato com os cartórios ou com a própria Corregedoria de Justiça, pedindo que fosse orientado os idosos a só outorgar procurações com prazo determinado e com poderes específicos, para evitar a questão da violência contra o idoso, uma questão que é bastante presente é a violência financeira.

O conselheiro **Carlos Cuenca** (MRE) comentou sobre os desafios que existem para dar visibilidade aos tratados internacionais e convenções de



direitos humanos, a maioria dos operadores de direitos até hoje veem os tratados internacionais como declarações e não como instrumentos vinculantes. Ele falou que com relação à Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas é interessante criar uma dinâmica que ajude na sua implementação e visibilização para o executivo e para os operadores de direitos. É interessante pensar num estudo que seja amigável para público, de fácil leitura, que demonstrasse as boas práticas existentes para servir como referência. A Convenção Interamericana poderá funcionar como exemplo para uma eventual Convenção Universal de Direitos de Pessoas Idosas, que é um debate que acontece na Organização das Nações Unidas-ONU, mas de uma maneira ainda muito incipiente, pois tem uma resistência grande de alguns países.

**Moema Freire** (PNUD) informou que a cooperação técnica com PNUD poderá envolver a realização de estudos, capacitações, publicações de material, enfim, todos os temas que foram levantados aqui pelos conselheiros. Ela colocou como exemplo o caso do CONANDA que foi feito um relatório de avaliação dos vinte e cinco anos do ECA, foi um instrumento interessante para o conselho obter dados e delinear a linha de atuação. Falou que teve uma reunião inicial com a Secretária Especial, Flávia Piovesan, que foi uma etapa preliminar de identificar prioridades e demandas, e que foi importante participar da reunião para ouvir as demandas dos conselheiros.

A conselheira **Cristina Hoffmann** (MS) falou que a Comissão de Políticas Públicas do CNDI vem discutindo fazer uma avaliação sobre as deliberações da 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, ter um registro e planejar a atuação do CNDI. Ela sugeriu um seminário ou um espaço amplo nacional que trabalhasse de forma intersetorial as diversas políticas saúde, educação, esporte e outros, apresentando as experiências que estão sendo exitosas, mas que tenha espaço para as iniciativas da sociedade civil. O Ministério da Saúde há quatro anos vem efetuando o mapeamento de experiências na gestão no campo da saúde da pessoa idosa e dando ampla divulgação, para que os gestores possam implementar essas experiências positivas nos mais diferentes cenários do Brasil.

A conselheira **Bernadette Medeiros** (CFESS) falou que seria interessante um estudo que mapeasse como as ações estão sendo executadas e como estão refletindo na rede de atendimento existente no país. Que diagnosticasse o que está realmente acontecendo na ponta, quais as falhas e o que precisa ser implementado.

O conselheiro **Amin Aur** (OAB) perguntou para a Secretária Especial, Flavia Piovesan como está à situação da Comissão Interministerial para o Envelhecimento Ativo. Porque ele acha que a Comissão produziu pouco, pois não conhece nada que tenha sido resultado dela. Ele questionou qual é o futuro dessa Comissão Interministerial, e se ela tiver futuro, ele gostaria de advogar que, se for através de decreto de criação, recriação ou alteração, que

venha a ser incluído o presidente do CNDI, ou um seu representante, como participante observador permanente. Porque a falta de ligação da Comissão Interministerial para o Envelhecimento Ativo com o CNDI é inadmissível, precisa de uma participação contínua do Conselho nessa Comissão, se ela vier a perdurar.

**Flávia Piovesan** (SEDH), Secretária Especial falou que para comentar sobre a Comissão ela passaria a palavra para Frederico Coutinho (SEDH/DPDH). Ela teceu alguns comentários sobre a cooperação técnica com o PNUD e do avanço e da visibilidade que a temática do idoso teve com a Constituição de 1988, o Estatuto do Idoso e que terá ainda mais após a ratificação da Convenção Interamericana.

**Frederico Coutinho** (SEDH/DPDH) falou que a Comissão Interministerial do Envelhecimento Ativo está parada, mas que vai ser ativada. Houve uma rotatividade em relação aos representantes, que os contatos precisam ser retomados com todos os ministérios para trazê-los de novo para discutir esse tema aqui com a SEDH. Quanto ao pleito do CNDI de ter um observador na Comissão, Sérgio Paulo Nascimento verificará no regimento e depois repassará a informação. Informou que Sergio foi nomeado na semana passada para tocar essa pauta, ele já tinha uma experiência grande na área da pessoa com deficiência, mas um dos desafios é exatamente contribuir com esse estreitamento de laços junto do CNDI.

**Maria Cavalcante** (SEDH/CNDI) informou que no Decreto nº 8.114 e no Regimento está previsto a participação da sociedade civil na Comissão Interministerial do Envelhecimento Ativo, não como membro fixo, mas pode participar de todas as reuniões. Está no site da SEDH o levantamento que a comissão fez sobre as políticas que atendem as pessoas idosas. Nesse mapa de políticas estão elencados quarenta e dois programas e vinte e três ações especificadas dentro dos mais diversos ministérios que fazem parte, esse foi um dos primeiros produtos efetuados pela comissão. O mapa está disponível, ele não foi impresso por problemas de orçamento.

O Presidente **Luiz Legnani** (COBAP) agradeceu os conselheiros (as) que leram o extenso resumo, foi uma hora e meia de leitura.

O conselheiro **Amin Aur** (OAB) sugeriu alteração na página oitava no terceiro parágrafo na palavra do presidente, ele informou que o presidente autorizou a fazer essa retificação e na antepenúltima linha, onde diz “sobre a preparação de resolução”, não é uma resolução, foi uma nota de esclarecimento a ser divulgada. Falou que esta foi o melhor resumo executivo que ele viu neste Conselho, documenta muito bem tudo que foi discutido. Agora, ela é muito executiva, talvez seja pouco resumo, mas eu acho que vale a pena ter a documentação desse nível e eu quero cumprimentar quem fez. Ele sugeriu que o resumo executivo fosse enviado antecipadamente, por email, para que os conselheiros (as) analisassem e fizesse as sugestões, pois dessa forma ganha tempo e evita a leitura do resumo no dia da reunião.

O Presidente **Luiz Legnani** (COBAP) colocou em votação o Resumo Executivo e a proposta do Conselheiro Amin Aur do resumo enviado antecipadamente, por e-mail, para que os conselheiros (as) possam analisar e efetuar os ajustes necessários. Ambas as propostas foram aprovadas.

A conselheira **Marilia Fragoso** (ANG) falou que apesar de estar no final do mandato, ela gostaria de propor que os assuntos apresentados pelos conselheiros (as) durante a reunião fossem deliberados no momento das falas, para evitar perder o foco e a importância. Disse também, que gostaria que fosse analisado pela Comissão de Normas e depois submetido a plenária a possibilidade de publicação pelo CNDI do livro de Maika Roeder da Silva, *Segurança Sanitária para Instituições de Longa Permanência para Idosos*, a publicação tem como objetivo sensibilizar para o melhoramento da qualidade do atendimento das ILPIs, o estudo já está na sua 3ª edição.

A conselheira **Claudia Maria Bere** (AMPID) informou que a Comissão de Normas teve uma pauta muito extensa no dia 05/09/2016, essa Comissão ficou muito tempo sem coordenação, porque quem deveria ter assumido era um conselheiro governamental e nenhum aceitou, ela ficou no papel informalmente. Comentou que anteriormente o conselheiro Antonio Lídio era o coordenador da comissão de gestão do FNI, foi muito atuante, tinha muito material em seu poder e infelizmente deixou o Conselho recentemente e que não conseguiram escrever nenhum relatório, uma vez que as duas comissões se reuniu em conjunto em diversas ocasiões. Falou que ficou pendente a consulta do Ministério Público de Santa Catarina, não tiveram tempo hábil para analisar o pedido, acha que é uma questão bastante importante e que merece maior discussão, e não simplesmente uma deliberação, pois pode haver a mesma repercussão que o parecer dos Conselhos Tutelares. Ela sugeriu que fosse postergada a decisão, e que a comissão tivesse tempo para avaliar melhor antes de responder. **A sugestão é que fosse enviada uma resposta dizendo que foi recebida a consulta e que após estudo será emitido parecer. Comentou também, que tiveram uma conversa com atual assessora jurídica da SEDH sobre a modificação no Edital de Chamada Pública para utilização dos recursos do FNI e na Resolução nº 19/2013, e que a assessora sugeriu que fosse encaminhado o Edital para publicação, deixando a modificação na Resolução nº 19/2013, pois ela precisaria de mais tempo para analisar. A proposta encaminhada para avaliação da assessora anterior tinha sido devolvida com bastante alteração. Falou ainda, sobre os questionamentos da assessora jurídica referentes ao parecer para aquisição dos kits de equipagem e sobre o Termo de Doação. Estes temas foram trabalhados durante toda a tarde, em dois grupos, ela e Sara ajustando o parecer, e o senhor Amin e a Graça o termo.**

A conselheira **Sara Mello** (ANADep) fez a leitura do parecer para aquisição dos kits de equipagem emitida pela Comissão de Normas e submeteu para análise e aprovação do colegiado.

O Presidente **Luiz Legnani** (COBAP) colocou em votação e foi aprovado.

A conselheira **Sandra Rabello** falou que ela e a conselheira Maria Leitão Bessa (ABRAZ) trataram da estruturação da Comissão de Articulação com os Conselhos e Comunicação Social que será submetida ao plenário para aprovação. No dia 05/09/2016 a função se iniciou com o recebimento dos relatórios das comissões, onde será gerado um relatório único que contemple as ações previstas em todos os relatórios recebidos.

**Ana Lúcia da Silva** (Coordenadora-Geral do CNDI) falou que o Waldyr Neto (MPOG) que é o representante na Comissão de Orçamento e Finanças do Ministério do Planejamento trouxe as informações referentes ao Plano Plurianual-PPA 2016-2019, programa 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, que trata da questão da pessoa idosa, as informações estão disponíveis na internet para consulta, com acesso para qualquer cidadão, é importante que todos os conselheiros (as) tenham conhecimento.

A conselheira **Marília Fragoso** (ANG) (não foi ela que fez esta fala ouvir a gravação e identificar) (Leitura da 2064 feita pela conselheira Marília-registrado em áudio no tempo de 02:10: 13-Parte da tarde) falou que o programa 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, objetivo 0255 - promover a fruição de direitos, o fortalecimento da educação e da cultura em direitos humanos, o respeito e a valorização das diversidades de raça, nacionalidade, gênero, região, cultura, religião, orientação sexual, identidade de gênero, idade e deficiência, atuando de forma interfederativa e interinstitucional.

A conselheira **Cristina Hoffmann** (MS) informou que não participou no dia 05/09/2016 da Comissão de Políticas Públicas porque estava na Comissão Eleitoral, mas os outros conselheiros fizeram o registro das atividades e estão propondo por pontuar ações, atividades, espaços, eventos que os representantes da comissão tiveram participação. Primeiro: apoio e organização da 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa e da 12ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, nesses eventos tiveram participação na elaboração do regimento interno; na comissão organizadora; acompanhamento da consultoria contratada para sistematização de propostas enviadas pelos estados; participação nas Conferências Estaduais dos Direitos da Pessoa Idosa; integrou a comissão da conferência, das conferências conjuntas; analisou o requerimento da deputada Leandre Dal Ponte, que suscita sobre a criação da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, Cidade amiga do Idoso, observatório nacional da pessoa idosa; levantamento dos Projetos de Lei sobre cuidados da pessoa idosa em tramitação no Congresso Nacional; participação e elaboração do manifesto do presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso-CNDI em defesa da seguridade social; participação nas discussões para elaboração do

Plano Plurianual, por meio do Fórum Interconselhos; participação nas ações para fortalecimento dos Conselhos Estaduais da Pessoa Idosa com equipagem dos espaços físicos em nível distrital, estadual e municipal; participação nas discussões para fomentar a criação dos Fundos Municipais do Idoso; análise do relatório brasileiro de avaliação do cumprimento das deliberações do Plano Internacional do Envelhecimento de Madrid 2002; análise do documento resultante da Convenção Interamericana sobre a proteção dos direitos humanos das pessoas idosas, no qual o Brasil será signatário; participação na Plenária Nacional da Terceira Idade organizada pela CONTAG; participação na Comissão Eleitoral referente a eleição de entidades da sociedade civil organizada sem fins lucrativos gestão 2016/2018 do CNDI e participação das reuniões da diretoria ampliada. Ela listou as ações, não detalhou cada um dos pontos, o ideal quando for compor o relatório é definir a estrutura comum a todas as comissões, estruturar um modelo padrão, para que todos possam utilizar.

O Presidente **Luiz Legnani** (COBAP) propôs tirar uma comissão para analisar a questão PNUD que tenha a participação de um membro de cada comissão e apresentar as sugestões para avaliação da plenária. Ele falou sobre a demanda de ampliação dos “kits” usando os recursos do FNI e perguntou se poderia colocar em aprovação e depois estabelecer os critérios de distribuição.

**Ana Lúcia da Silva** (Coordenadora-Geral do CNDI) informou que foram distribuídos cinco mil kits aos Conselhos Tutelares pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda. A única diferença, é que eles tiveram de buscar recursos visitando os parlamentares e apresentando proposta de Emenda Parlamentar, mas é uma emenda impositiva e o parlamentar define qual é o município que deve ser atendido. Falou que teria que consultar a área de gestão da SEDH se poderia ampliar a doação dos kits aproveitando o preço que está na licitação. E nesse caso, definir como será a distribuição e qual serão os critérios para expandir utilizando os recursos disponíveis no Fundo, pois tem recursos parado e os doadores estão cobrando a utilização, como é o caso do Banco Itaú.

A conselheira **Claudia Maria Bere** (AMPID) falou que não sabe se a proposta é conveniente no fechamento da gestão, pois só haverá apenas mais uma reunião. Em segundo lugar, ela acha muito desejável poder equipar o maior número de conselhos possível, mas é preciso saber qual o recurso que o Fundo possui, se os Conselhos serão contemplados por edital, se o edital vai ser aprovado, tem que fazer a conta. Quanto custa um kit? Cem mil reais?

**Ana Lúcia da Silva** (Coordenadora-Geral do CNDI) respondeu R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), mas este valor é se aproveitar a licitação atual.

A conselheira **Claudia Maria Bere** (AMPID) Ela falou que precisa fazer a conta, se temos R\$ 4.5000.000,00 (quatro milhões de reais), com este valor eu vou poder adquirir quantos kits? Vai ser preciso saber os critérios que serão utilizados para definir os municípios que serão contemplados.

O conselheiro **Amin Aur** (OAB) falou que está de acordo com essa questão dos termos de critérios, e sugere que o critério que revele a maior impessoalidade e imparcialidade. Como é o caso atual, todos os estados e todas as capitais, não há o que discutir, não houve política nenhuma de escolha de uns e de outros, agora, em se tratando de uma segunda etapa, é preciso ter cuidado. Ele acha que tem que ser um critério tão objetivo quanto possível, por exemplo, esse da maior população ou da maior população idosa de cada município pelo IBGE é um critério imparcial. Porém, haverá distorção, São Paulo e Rio vão ganhar todas, porque tirando as capitais, as grandes cidades com mais de um milhão de habitantes estão em São Paulo e no Rio, Guarulhos, Campinas, Santo André, São Bernardo, São Gonçalo, Duque de Caxias e etc. Disse que talvez tenha que se colocar também o critério de um por estado, o município de maior população idosa e que tenha conselho, porque se ficarmos apenas no mérito de população, vai haver distorção.

A conselheira **Tatianna Galeckas Marques** (CNF) falou que importante realizar um estudo para esclarecer como será utilizado esse montante ou qual parte desse montante. Ela disse que gosta da intenção de privilegiar os municípios que tem maiores problemas em relação ao idoso, que são municípios que vão precisar muito desses equipamentos para sanar ou minimizar os problemas. Acredita que todos os estados devam ser contemplados de alguma forma, mesmo que tenha um número mínimo de municípios por estados contemplados. Vai ser preciso estudar e definir quais são os indicadores serão utilizados, pode ser índice de vulnerabilidade, números de denúncias no Disque 100 ou outros que sejam estabelecidos.

A conselheira **Claudia Maria Bere** (AMPID) falou que com o curto tempo que tem até o término do mandato, a proposta de ampliação dos “kits” se mostra inviável. Ela acha que infelizmente não vai ser possível conseguir aproveitar esse pregão e que deveria deixar para a próxima composição do Conselho deliberar sobre essa questão. Pois está muito difícil investir o dinheiro, ficaram esse tempo e não foi possível utilizar os valores. A única coisa que foi possível gastar foi com a 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. Ela acha que questões relevantes, importantes e impactantes não devem ser decididas no atropelo.

**Ana Lúcia da Silva** (Coordenadora-Geral do CNDI) falou que compreende que de certa forma os conselheiros (as) estejam desestimulados ou até desmotivados, em função do que não conseguiram fazer durante dois anos. Já existia uma definição do mandato anterior, portanto não se deve haver preocupação em relação de que esse mandato não pode deixar encaminhado para o próximo, ela acha que isso não é a dificuldade. Primeiro porque boa parte dos presentes permanecerá para o próximo biênio, segundo porque não é uma questão de importância das pessoas que estão aqui ou do momento, existe o recurso, a necessidade, e é preciso dar continuidade a política pública. Ela disse ainda, que desde outubro de 2015 a SEDH vem passando por transição administrativa, neste momento enxerga um horizonte mais estável. A

portaria que renovou as atribuições foi publicada em 05/09/2016, e tem vigência por até mais noventa dias, ou seja, até dezembro, acabou a instabilidade de quem assina e quem faz isso. Já foi fornecida a autorização para continuar os processos administrativos para aquisição dos 53 kits, agora começou os trâmites burocráticos com destinatários das doações para o fornecimento dos documentos e assinatura dos Termos de Doação. Disse ainda, que se conseguissem os critérios até novembro, poderia ser efetuado um aditivo, diante da decisão do Conselho, pois terá novo encontro na última semana de outubro, quando serão apresentados os relatórios de gestão e acontecerá o encerramento desse biênio e o início do outro.

A conselheira **Marilia Fragoso** (ANG) fez a leitura da ata de reunião da Comissão Eleitoral, com todos os dados levantados, para apreciação. Ela sugeriu também a criação da cartilha para o funcionamento do Fundo do Idoso, para que haja uma democratização para os Conselhos em todo o País.

**Ana Lúcia da Silva** (Coordenadora-Geral do CNDI) falou que a proposta do presidente, Luiz Legnani, é estabelecer uma comissão para analisar as demandas para o PNUD, é a criação da cartilha dos Fundos é um dos produtos.

O conselheiro **Amin Aur** (OAB) informou que a comissão que analisará as propostas para a parceria com o PNUD será composta por: Amin pela comissão de “Normas”, pela “Políticas Públicas”, Renan, pela de “Orçamento e Finanças”, Marilia, pela do “Fundo” Tatianna e pela de “Articulação com os Conselhos” vai depender da indicação da Mariazinha.

A conselheira **Marilia Fragoso** (ANG) informou que nos dias 26, 27 e 28 de julho de 2016, a Associação Reciclázaro em parceria com a Associação Nacional de Gerontologia do Brasil realizou o curso de capacitação sobre Relações Intergeracionais onde participaram profissionais que atuam com a população idosa em Santa Catarina. Falou sobre o projeto o “Idoso em Foco” coordenado pelo SESC em conjunto com várias organizações que desenvolve eventos comemorativos e capacitações intergeracionais e Direitos da pessoa idosa, dentre elas a ANG Brasil, ANG SC, OAB, tribunal de justiça, CEI, Reciclazaro, UFSC/NETI, UDESC/GETI, CMI, dentre outras. Esta é uma experiência da prefeitura de Florianópolis, que tem como objetivo promover o bem estar e a integração social, através da realização de atividade lazer, educação, saúde, cultura, assistência, direitos etc. O Sesc, a Universidade, a ANG, a Associação Reciclázaro e outras entidades participam do projeto.

A conselheira **Maria Bernadette Medeiros** (CFESS) informou que está realizando em Recife, o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e que terá uma mesa plenária específica para tratar sobre as questões do envelhecimento, quem irá proferir a palestra é a professora Solange Teixeira, do Piauí e a Sálvia de Oliveira, do Pernambuco (elaborou uma tese sobre essa questão do envelhecimento do idoso trabalhador).

E o conselheiro **Amin Aur**(OAB), que assumiu os trabalhos devido o Presidente ter se ausentado deu por encerrada a reunião e desejou bom retorno a todas e todos.

A reunião foi dada por encerrada, às 17h10. O Resumo Executivo foi redigido por Maria das Graças Oliveira Ferreira em 24/10/2016.